



Anexo II – FICHA DE INSCRIÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

PROJETO Nº 19: PM FLORIANÓPOLIS – CATEGORIA NACIONAL/REGIONAL

Entidade/Instituição indicadora do Projeto:	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
Nome/Identificação do Projeto:	PROJETO DE URBANIZAÇÃO DO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ
Parcerias: Prefeitura Municipal de Florianópolis, Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal e Governo do Estado de Santa Catarina	
Objetivos: <p>O Projeto de Urbanização do Maciço do Morro da Cruz tem por objetivo principal melhorar a qualidade de vida da população que vive há muito tempo nas encostas do morro da Cruz em condições insalubres, devido a precariedade da infraestrutura urbana, disposição inadequada do lixo, baixa qualidade das moradias, e principalmente em situação de risco por conta de desmoronamentos de terra e instabilidade dos blocos rochosos, causados por meios naturais e alterações do meio urbano de forma inadequada.</p> <p>Destaca-se que as intervenções tem um objetivo específico fundamental em relação a redução dos riscos, uma vez que no Plano Municipal de Risco de Florianópolis constata-se que a maioria das famílias mapeadas em áreas sujeitas a deslizamento, a maioria se encontra nas encostas do Morro da Cruz e também a maioria das áreas classificadas como alto risco, caracterizando como as situações mais críticas da cidade em termos de risco.</p> <p>Outros objetivos também importantes são regularização urbanística e fundiária e a contenção das ocupações sobre as áreas de preservação a partir da criação de uma unidade de conservação municipal na área remanescente de vegetação do Maciço.</p> <p>A população diretamente abrangidas pelo Projeto compreende 5.000 famílias, cuja renda familiar da maioria das famílias se situava entre 2 a 3 salários mínimos.</p> <p>Essas famílias serão atendidas com infraestrutura e equipamentos comunitários, sendo que 438 famílias serão contempladas com a reconstrução de novas habitações e a região de entorno da cidade com as melhorias dos acessos previstos.</p> <p>Um dos pressupostos do Projeto é a participação da população, a partir da criação do comitê gestor para acompanhamento das ações.</p> <p>Serão desenvolvidas outras ações que potencializam as dimensões humanas, sociais, econômicas, culturais e ambientais.</p> <p>O Projeto representa a primeira etapa de intervenção, necessária para urbanização de todas as comunidades componentes do Maciço do Morro da Cruz.</p> <p>Com o Projeto as áreas das encostas do Morro da Cruz serão integradas a cidade formal, seja em termos de urbanização quanto em relação à legalidade.</p>	
Obras/Atuação:	



A área de abrangência do Projeto compreende 135 ha., caracterizando-se pela existência de diversas comunidades (são 16 comunidades distintas) que ocuparam de forma irregular ao longo do tempo as áreas das encostas do Morro da Cruz. Os terrenos são de propriedade privada e pública. A parte não ocupada do Maciço do Morro da Cruz será preservada e destinada à implantação do parque urbano.

No ano de 2005, a partir da aprovação de Projeto de Lei as áreas ocupadas foram transformadas em ZEIS com o objetivo de promover as intervenções urbanísticas e a regularização.

O projeto contempla ações de cadastramento físico e social e identificação dominial e demais medidas administrativas com vistas a promover a regularização urbanística e fundiária, tendo como resultado final a titulação dos imóveis.

Será promovida a reestruturação viária e ordenamento urbanístico, a partir da abertura de novas vias e melhoria das existentes, execução da infraestrutura urbana, compreendendo redes de drenagem pluvial, rede de água, rede de esgoto, rede de energia e iluminação pública, pavimentações e muros de contenções. Será reestruturada a disposição e coleta dos resíduos sólidos.

A proposta habitacional compreende a reconstrução de 438 habitações para atender principalmente as moradias em situação de risco e em áreas de preservação e áreas destinadas aos espaços públicos tais como abertura de vias. As habitações previstas são unifamiliares (casas) tem em média 50,00m² de área e apresentam uma variação na tipologia de modo a proporcionar a adequação às condições do terreno e da composição familiar, e especialmente as adaptações para deficientes físicos e idosos. O sistema construtivo das habitações previsto é com bloco estrutural, mas devido ao insucesso do resultado do processo licitatório, prevê-se a necessidade de se abrir a possibilidade para construção com outros sistemas construtivos. As habitações a serem construídas terão sistema de aquecimento solar alternativo.

O projeto prevê também a redefinição dos limites do Parque e a sua demarcação, bem como a construção da sede do Parque, que compreenderá atividades sociais, culturais, ambientais e turísticas além de administrativa.

Está previsto ainda a implantação do projeto piloto de transporte em plano inclinado, que promove a acessibilidade às comunidades com dificuldade de acessos.

Serão implantados equipamentos comunitários, especialmente espaços de lazer e galpão de triagem de resíduos sólidos.

Investimento com Recursos Próprios da Entidade Proponente:

Valor do investimento total: R\$ 70.270.223, 47 (setenta milhões, duzentos e setenta mil, duzentos e vinte e três reais, quarenta e sete centavos)

Investimento com Recursos dos Parceiros:

Ministério das Cidades - R\$ 40.442.419,90 (quarenta milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e dezenove reais e noventa centavos)

Governo do Estado: R\$ 13.865.527,89 (treze milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e vinte e sete reais, oitenta e nove centavos)



Prefeitura Municipal: R\$ 15.962.275,68 (quinze milhões, novecentos e sessenta e dois mil, duzentos e setenta e cinco reais, sessenta e oito centavos)

Beneficiários:

16 comunidades
5.577 famílias com urbanização
438 famílias com habitações
22.708 famílias com as melhorias de acessos

Informações Complementares:

Os recursos do Ministério das Cidades faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC .

A Caixa Econômica Federal participa como órgão interveniente pelo Governo Federal, responsável pela aprovação dos projetos, repasse dos recursos e fiscalização.

Enquadramento: A. Categoria Nacional

B. Categoria Regional